

Início » Colunistas

A República das Emergências Permanentes

O Brasil desenvolveu impressionante capacidade de adaptação às crises e essa adaptabilidade tornou-se parte do problema



O balanço das crises de 2025 no Brasil constitui um retrato das falhas estruturais (Foto: Imagem gerada por IA/ O Brazilianista)



Por [Murillo de Aragão](#) | 2 de março de 2026

O cenário político brasileiro acelerasse exponencialmente. Na década de 1990, as crises persistiam por meses até se esgotarem. Nos anos 2000, para se manterem relevantes, necessitavam de

alimentação semanal – o Mensalão estendeu-se por anos sem competição significativa com outros escândalos. Na década de 2010, as crises também duravam semanas, sustentadas nas manchetes pela transformação dos episódios em narrativas novelísticas. Tal estratégia foi utilizada no decorrer da [Operação Lava Jato](#), quando, diariamente, a imprensa apresentava novidades, devidamente vazadas em articulação com autoridades. Nos anos 2020, as crises se acumulam e se neutralizam na percepção pública. Em 2025, o Brasil enfrentou cerca de dez crises de grande proporção, muitas ocorrendo de forma simultânea, todas disputando o mesmo espaço de atenção da sociedade sem que nenhuma fosse completamente solucionada.

Janeiro: a crise do Pix. O ano teve início com uma diretriz da [Receita Federal](#) ampliando a fiscalização de transações via Pix superiores a R\$ 5 mil mensais. Uma onda de informações falsas – propagadas por vídeos virais de parlamentares opositores – converteu uma medida fiscalizatória em “taxação do Pix”. O governo, superado pela narrativa, cancelou a norma em menos de duas semanas, substituiu a liderança da Secretaria de Comunicação e organizou entrevista coletiva para minimizar os prejuízos. A situação evidenciou a fragilidade do Executivo diante das disputas narrativas digitais.

Abril-dezembro: a CPMI do INSS. Iniciada pela [Operação Sem Desconto](#) da Polícia Federal, a investigação desvendou um esquema de bilhões em descontos indevidos em aposentadorias e pensões. Associações fictícias – algumas com vínculos políticos – inscreviam milhões de beneficiários sem autorização e desviavam recursos. A Controladoria-Geral da União (CGU) calculou perdas de R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024. Detenções, quebras de sigilo, depoimentos impactantes e ligações com parlamentares do Centrão dominaram as notícias por meses. A [CPMI](#) autorizou mais de 300 solicitações de convocação, e o governo começou a restituir mais de R\$ 2,7 bilhões a aproximadamente 4 milhões de aposentados prejudicados. O escândalo revelou vulnerabilidades estruturais na administração previdenciária que perpassaram diferentes governos.

Fevereiro-novembro: a saga do [tarifaço](#). A escalada teve início em fevereiro, com impostos de 25% determinados pelo governo americano sobre o aço e o alumínio brasileiros sob a justificativa de “segurança nacional”. Em abril, o presidente Donald Trump estabeleceu tarifas “recíprocas” a mais de 50 países – o Brasil recebeu a taxa mínima de 10%, por manter superávit comercial com os Estados Unidos. Em 9 de julho, por meio de carta pública dirigida ao presidente Lula e publicada em redes sociais – a fim de evitar canais diplomáticos convencionais –, Trump aumentou a tarifa para 50%, com validade a partir de agosto, combinando argumentos econômicos e políticos: alegava déficit comercial inexistente, acusava “censura” do Supremo Tribunal Federal (STF) contra empresas tecnológicas americanas e descrevia o julgamento do [ex-presidente Jair Bolsonaro](#) como “vergonha internacional”. O decreto executivo de 30 de julho oficializou a medida com vigência a partir de 6 de agosto, isentando 694 produtos (petróleo, minérios, aeronaves da Embraer, celulose, suco de laranja), que representavam 44,6% das exportações brasileiras. A reversão parcial ocorreu apenas em novembro, após conversa telefônica entre Lula e Trump: no dia 14, Trump reduziu as tarifas de abril; no dia 20, eliminou a sobretaxa de 40% sobre mais de 200 produtos agrícolas, com efeito retroativo. A crise alertou o Brasil para as realidades da geopolítica.

Março-novembro: o colapso do Banco Master. Em março, o Banco de Brasília (BRB) manifestou interesse em adquirir 58% do Banco Master por R\$ 2 bilhões. A instituição, reconhecida por oferecer CDBs com rendimentos muito superiores aos do mercado (até 140% do CDI), gerava desconfiança regulatória havia anos. A transação encontrou resistência do Banco Central (BC), questionamentos do Ministério Público e pressão política por parte do Centrão. Em setembro, o BC rejeitou formalmente a aquisição, mencionando “risco de sucessão” e instabilidade patrimonial. Em novembro, a Polícia Federal lançou a Operação Compliance Zero e, no dia seguinte, o Banco Central determinou a liquidação extrajudicial da instituição – a maior da história do país a acionar o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), com, aproximadamente, R\$ 60 bilhões em depósitos cobertos.

Ano todo: emendas parlamentares sob investigação. O ministro Flávio Dino, do STF, exerceu pressão contínua sobre o orçamento parlamentar. Determinou a investigação de 148 transferências de emendas que totalizavam R\$ 85,4 milhões liberados sem plano de trabalho registrado. Orientou o Tribunal de Contas da União (TCU) a fornecer informações sobre quase R\$ 700 milhões em “emendas Pix” irregulares e encaminhou relatórios da CGU à Polícia Federal, destacando “ilegalidades generalizadas”. Cerca de 80 deputados federais passaram a ser investigados por desvio de recursos. O embate entre o STF e o Congresso sobre o controle orçamentário tornou-se tema central do ano político.

Novembro-dezembro: magistratura, sentenças e crime organizado. No Rio de Janeiro, o desembargador federal Macário Ramos Júdice Neto, do TRF-2, foi detido pela Polícia Federal por suspeita de divulgar informações confidenciais ao Comando Vermelho. O magistrado teria informado o então presidente da Assembleia Legislativa, Rodrigo Bacellar, sobre operação policial contra o exdeputado TH Joias, envolvido com a organização criminosa. Há também investigações em torno de comercialização de sentenças no Superior Tribunal de Justiça (STJ), além de questionamentos sobre relações familiares de juízes com possíveis interessados em processos nas Cortes Superiores, bem como solicitações de impeachment de ministros do STF.

O assalto digital: R\$ 10 bilhões em fraudes cibernéticas. Conforme a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), fraudes bancárias somaram R\$ 10,1 bilhões em 2024 (um aumento de 17% em relação ao ano anterior), com golpes via Pix representando R\$ 2,7 bilhões (um crescimento de 43% em dois anos). O primeiro semestre de 2025 agravou significativamente o cenário: os ataques de malware aumentaram 220% se comparados aos do semestre anterior, e golpes de “falsa central” duplicaram. Em julho, o maior ataque hacker da história do país atingiu a C&M Software, empresa responsável por transações via Pix entre instituições financeiras e o Banco Central: criminosos obtiveram credenciais por meio de um colaborador interno e desviaram entre R\$ 500 milhões e R\$ 1 bilhão de contas de reserva de, pelo menos, seis instituições. A BMP, especializada em banking as a service, perdeu R\$ 400 milhões rapidamente. Em agosto, a Sinqia sofreu prejuízo estimado em R\$ 710 milhões. O Banco Central registrou 68 incidentes cibernéticos de janeiro a outubro de 2025 – contra 59 em todo o ano de 2024 –, dos quais 37 envolveram fraudes. O governo federal contabilizou 4,8 mil ataques no período, uma média de 26 por dia, incluindo 3 mil vazamentos de

dados. A disparidade de incentivos é notável: enquanto assaltos físicos a bancos exigem planejamento complexo, risco de confronto e resultam em penas superiores a 15 anos, crimes digitais como fraude eletrônica (artigo 171, §2º -A do Código Penal) preveem penas de um a cinco anos, frequentemente convertidas em medidas restritivas de direito. O assalto ao Banco Central de Fortaleza em 2005 – R\$ 164,7 milhões foram subtraídos por mais de 30 pessoas por um túnel de 80 metros – demandou meses de preparação e risco físico extremo. Já o ataque à C&M movimentou valor seis vezes maior com uma única credencial comprometida e foi executado de um quarto de hotel em Brasília.

Conclusão: os aprendizados de 2025 e as necessidades para 2026

O balanço das crises de 2025 representa mais que um simples catálogo de instabilidades; constitui um retrato das falhas estruturais que o Brasil necessita confrontar. A partir das sete crises identificadas, destacam-se três ensinamentos essenciais e três necessidades urgentes para 2026.

Primeiro ensinamento: o fluxo informacional ultrapassou a resposta das instituições. O episódio do Pix mostrou como o governo foi derrotado no campo narrativo antes mesmo de perceber o conflito – uma iniciativa fiscalizatória técnica sucumbiu diante de breves vídeos. O governo ainda funciona na era das entrevistas coletivas, enquanto a sociedade forma opinião a partir da leitura rápida de conteúdos espalhados pelas redes sociais. Para 2026, torna-se fundamental que o Estado brasileiro crie mecanismos de comunicação estratégica instantânea – não para fazer propaganda, mas para combater a desinformação estruturada.

Segundo ensinamento: a vulnerabilidade dos mecanismos de controle é generalizada, não pontual. A fraude no INSS persistiu ao longo de administrações, de diferentes ideologias. O Banco Master expandiu-se por anos com rendimentos claramente insustentáveis. As transferências via Pix se multiplicaram sob a vigilância de diversos órgãos fiscalizadores. Não são falhas isoladas, e sim deficiências na estrutura institucional. Para 2026, é preciso reconstruir os sistemas preventivos. A concentração excessiva em punições posteriores, típica do sistema brasileiro, precisa dar lugar a controles preventivos realmente eficazes.

Terceiro ensinamento: as atividades criminosas migraram para áreas de menor presença estatal. O desequilíbrio entre punições para crimes físicos e digitais abriu caminho para a criminalidade virtual. Quando um golpe bilionário pode ser executado de um simples quarto de hotel com mínimas consequências legais, os incentivos estão completamente distorcidos. A presença do crime organizado no Judiciário – como visto no episódio do desembargador do TRF-2 – demonstra que os grupos criminosos perceberam que é mais vantajoso infiltrar instituições do que enfrentá-las diretamente. Para 2026, é crucial modernizar a legislação penal e os protocolos de segurança institucional para enfrentar as ameaças contemporâneas.

O maior obstáculo, contudo, é político. Em um sistema com cinco centros de poder – Executivo, Câmara, Senado, Judiciário e Banco Central disputando relevância –, a articulação para mudanças estruturais demanda uma liderança que supere a mentalidade de sobrevivência imediata. 2026 será ano de eleições. A tendência será gerenciar as crises existentes e não solucioná-las. Contudo, a acumulação de questões não resolvidas gera custos crescentes: cada problema de 2025 que persistir em 2026 sem solução disputará atenção com as novas crises que certamente surgirão.

O principal aprendizado de 2025, afinal, é que o Brasil desenvolveu impressionante capacidade de adaptação às crises – e essa adaptabilidade, ironicamente, tornou-se parte do problema. A aceitação do extraordinário como normal diminui a percepção de urgência para reformas. Para que 2026 seja realmente diferente, será necessário transformar a revolta momentânea em pressão contínua por transformações institucionais. Caso contrário, no início de 2027 estaremos redigindo análises semelhantes, com valores maiores e prejuízos mais severos.

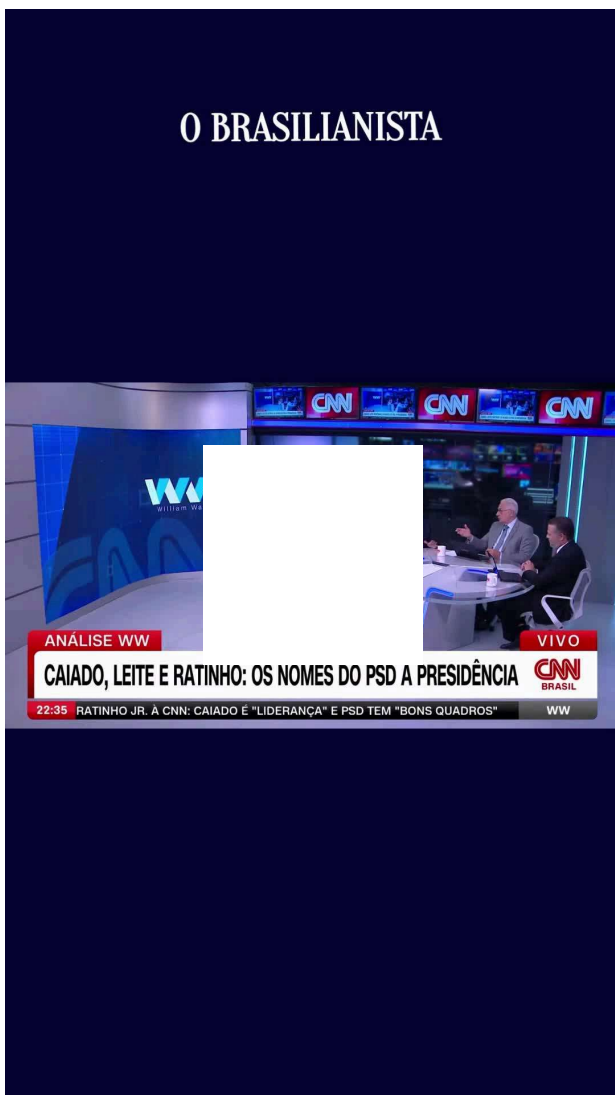
Artigo originalmente publicado na Revista Conjuntura Econômica, escrito por Murillo de Aragão

Siga as redes sociais do O Brazilianista



o_brasilianista
Áudio original

Ver perfil



[Ver mais no Instagram](#)

6 curtidas

o_brasilianista

Em participação na CNN Brasil, o cientista político Murillo de Aragão, CEO da Arko Advice, analisou os movimentos recentes do cenário político nacional, avaliando estratégias partidárias, impactos eleitorais e os sinais deixados pelos principais atores, em uma leitura de bastidores sobre como as articulações podem influenciar os próximos passos da política brasileira.

Reprodução/Divulgação

Adicione um comentário...



Murillo de Aragão

Murillo de Aragão, advogado, cientista político e jornalista, mestre em Ciência Política e doutor em Sociologia pela UnB com pós-doutorado pela Universidade de Salamanca. Foi professor-adjunto da Columbia University em Nova York.

Tags:

- [Banco Master](#)
- [Brasil](#)
- [CPMI do INSS](#)
- [crise](#)
- [economia](#)
- [Operação Sem Desconto](#)
- [PIX](#)
- [Receita Federal](#)
- [tarifaço](#)